

Governo poderá substituir metas para atingir desempenho no semestre

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

A área econômica do governo conta com a possibilidade de substituir a meta do déficit público operacional (desconta as correções cambial e monetária) pela meta do superávit fiscal primário (além das correções, desconta também os juros internos e externos) para efeito da avaliação do desempenho deste primeiro semestre do ano do acordo celebrado com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Com a substituição, aumentariam as chances do País em cumprir em junho o acordo com o FMI, já que os números preliminares levantados até maio indicam grandes possibilidades de a meta de déficit operacional de Cr\$ 11,4 trilhões, neste semestre, não ser atingida. Diante do melhor desempenho das contas medidas pelo superávit primário, este não pode ser inferior a Cr\$ 14 trilhões na posição de junho — o governo pensa em elevar este conceito à categoria de critério de desempenho, enquanto o déficit operacional seria reduzido no nível de meramente indicativo.

O próprio acordo prevê aquela substituição, conforme está explicitado no memorando técnico que acompanhou a carta de intenções encaminhada pelo Brasil ao FMI. Há, no entanto, uma condição imposta pelo organismo e que o Banco Central está providenciando: será necessário desenvolver toda uma metodologia que permita ao governo federal receber da área bancária não apenas as informações sobre o saldo do crédito com o setor público, mas discriminar dentro daquele valor o que é juro nominal e novas contratações.

CONCORDÂNCIA

“Existe uma concordância em nível técnico, tanto do lado do governo brasileiro como do lado do FMI, que a variável mais importante é o superávit primário”, comentou ontem para este jornal o diretor de política monetária do Banco Central, Pedro Luiz Bodin de Moraes, lembrando os termos do memorando técnico com relação à possibilidade de substituição do resultado operacional pelo primário e adiantando que a metodologia está praticamente pronta. “Hoje, trabalhamos na base de uma amostra e fazemos uma aproximação para medirmos os juros nominais, mas o Carlos Eduardo de Freitas (chefe do departamento econômico — DEPEC — do BC) está desenvolvendo uma metodologia para sabermos dos bancos, além do saldo de empréstimos para o setor público, quanto de rendimento nominal está embutido neste saldo e também qual o endividamento novo”, explicou Bodin. Mesmo que haja demora em montar a parte operacional da nova coleta de informações, o diretor do BC acha que não haveria problemas para que o conceito de superávit primário fosse usado como critério de desempenho na avaliação das metas de junho. Ele lembra que há normalmente uma defasagem de tempo entre o término do trimestre e a consolidação de todos os dados que ajudam a medir a necessidade de financiamento do setor público.

“Não dá para dizer se vamos ou não cumprir a meta do déficit operacional devido ao efeito dos juros reais, uma variável na qual o governo pode influir mas não consegue controlar, porém acho que vamos atingir o superávit primário no semestre”, disse o diretor do BC. Sua expectativa baseia-se não apenas no aumento do volume da arrecadação fiscal que a mesa



Pedro Bodin

de “open” do BC já está sentindo quando analisa os fatos que influenciam as reservas dos bancos. Também se baseia no melhor desempenho do Tesouro Nacional que contribuiu em maio com uma contração monetária que chegou a ser superior ao valor de Cr\$ 1,1 trilhão contabilizado favoravelmente na execução da política monetária de abril. Parte da melhoria da arrecadação ele atribui ao recolhimento da nova contribuição do Finsocial que considera “mais perfeito do ponto de vista legal”.

POLÍTICA AUSTERA

Todos aqueles dados serão sem dúvida comentados pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, na conversa que terá com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, neste sábado, no Rio de Janeiro, dois dias antes da audiência que o presidente da República concederá a Camdessus, prevista para segunda-feira próxima pela manhã. “O governo vai dizer a Camdessus que está cumprindo o programa econômico, que a política monetária está bastante austera e que do lado fiscal faz-se um grande esforço para obter uma efetiva reforma tributária que garanta uma maior arrecadação fiscal com sustentação e não como ocorreu em outros países, onde a receita aumentou mes por pouco tempo”, adiantou Bodin. Ele lembrou especificamente o exemplo da Argentina que ampliou substancialmente sua arrecadação com um imposto sobre exportações mas acabou perdendo receita cambial porque de tão alto o imposto acabou espantando os exportadores.

DÉFICIT NOMINAL

Quando a meta do déficit nominal — esta mede a necessidade de financiamento do setor público incluindo as correções cambial e monetária e também os juros internos e externos — não há nem esperança de que possa ser atingida no semestre. Entre 1º de janeiro e 30 de junho, conforme reze o acordo firmado com o FMI, o déficit público nominal brasileiro não deverá ultrapassar a marca dos Cr\$ 120 trilhões. Esta meta traz embutida uma trajetória da inflação para o período traçado nas diversas técnicas desenvolvidas com o FMI em novembro do ano passado. O diretor adianta que há uma flexibilidade com o “timing” (o tempo) previsto para a queda da inflação; “antes, embutiam a hipótese de que a inflação cairia no nível de 20% ao mês rapidamente para 1% ao mês, mas o fundo ficou mais realista com a velocidade que dá para a inflação cair”, disse ele.

Ontem, os quatro técnicos do FMI que estão em Brasília para avaliar o comportamento da economia em 1991 e levantar os resultados dos critérios de desempenho no primeiro trimestre deste ano passaram o dia em reuniões no Ministério da Economia, trabalhando em cima das estatísticas.